

---

**-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos vinte e seis dias do mês de Dezembro de dois mil e três**

---

-----Aos vinte e seis dias do mês de Dezembro de dois mil e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos seguintes documentos previsionais, para o ano de 2004:-----
  - Grandes Opções do Plano;-----
  - Plano Plurianual de Investimentos;-----
  - Plano de Actividades Municipais;-----
  - Orçamento;-----
- 3-Discussão e eventual tomada de posição da proposta de Lei nº 24/IX e 37/IX (Descentralização Administrativa);-----
- 4-Eventual aprovação da rectificação da Deliberação da criação da Associação de Municípios "NATUREZA E TEJO" e empresa Intermunicipal "NATURTEJO";-----
- 5-Alteração da composição do Conselho Municipal de Educação;--
- 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação da alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;-----
- 7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----
- 8-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia;-----
- 9-Informação da Sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro;-----
- 10-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

---- **11**-Período de intervenção nos termos do artº 19º do regimento.-----

---- O sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros presentes, verificando-se a falta do sr. Carlos Manuel Correia Cardoso Martins Faria, da Srª Maria Teresa Toco Louro Duarte e do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão ou seu representante.-----

---- De seguida foi dado conhecimento da correspondência recebida, ficando à disposição dos presentes, para consulta.-----

---- Procedeu-se de seguida à leitura da Acta da sessão ordinária realizada em 26 de Setembro de 2003, finda a qual foi esta posta à votação, sendo aprovada por maioria com duas abstenções.-----

----- Seguidamente deu-se início aos pontos de trabalho constantes da Convocatória.-----

---- **1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O sr. Presidente da Assembleia Municipal, propõe a introdução neste ponto da Proposta enviada pela Assembleia de Freguesia de Vila Velha de Ródão, com o seguinte teor:-----

---- *“Em sessão ordinária do dia 19/12/2003, o membro desta Assembleia Sr. Francisco Lopes Inácio, apresentou na mesa da Assembleia uma Proposta, para que fosse votada e se desse conhecimento da decisão, às outras Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal do nosso concelho, para que tivessem procedimento idêntico.*-----

---- *Propõe-se que através de requerimento, à Direcção Regional de Saúde, passando pela Delegada de Saúde, seja manifestado o nosso desagrado e grande preocupação, pelo Centro de Saúde de Vila Velha de Ródão, não incluir, na sua laboração o serviço nocturno.*-----

---- *Esta proposta foi aprovada por unanimidade”.*-----

---- Finda a leitura foi colocada à votação a introdução da mesma na ordem de trabalhos, sendo esta aprovada por unanimidade. Não

havendo ninguém a querer pronunciar-se sobre esta, foi a Proposta colocada à votação, onde foi aprovada por unanimidade.-----

---- **2-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos seguintes documentos previsionais, para o ano de 2004:-----**

---- **Grandes Opções do Plano;-----**

---- **Plano Plurianual de Investimentos;-----**

---- **Plano de Actividades Municipais;-----**

---- **Orçamento;-----**

---- O sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, referindo-se ao ordenamento das ruas e à reparação de caminhos municipais nesta freguesia e uma vez que não vê contemplado nos documentos previsionais agora apresentados estas situações, aponta para a necessidade de se proceder ao ordenamento de alguns arruamentos na sede de freguesia, considerando os casos da Rua do Barreiro e da Estrada da Estalagem, sendo esta última uma das principais entradas de Sarnadas, os mais prementes, apontando também o facto do caminho municipal entre a localidade de Carapetosa e o Rio Ocreza, se encontrar num estado lastimável, sendo necessário proceder ao arranjo do mesmo.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente informa que este foi um assunto debatido aquando da discussão dos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia, estando previsto para o próximo ano e através do Gabinete Técnico desta Autarquia, elaborar um projecto que vá melhorar esta situação e embora não estando mencionada concretamente esta rua, a mesma estará incluída nas obras de urbanização previstas para o concelho. No que se refere ao caminho municipal e embora não estando prevista qualquer intervenção, com certeza que se irá tomar em conta o arranjo deste.-----

---- O Sr. Roma, pergunta onde é que será colocada a extensão de

saúde de Sarnadas de Ródão.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, refere que quanto á localização desta extensão de saúde, esta está a ser estudada em conjunto com o representante da A.R.S., Dr. Francisco Baptista, que se deslocou à dias a este concelho, onde visitou a extensão de saúde de Perais que sofreu recentemente obras de ampliação, onde verificou a funcionalidade desta e em seguida deslocou-se a Sarnadas de Ródão, deixando a ideia e tudo aponta nesse sentido, para que a extensão de saúde se irá localizar muito perto ou mesmo junto ao Centro de Dia desta localidade, ficando também certa a possibilidade do Dr. Francisco Baptista, incluir esta obra no PIDAC do próximo ano. Mais informa que nenhuma obra apresentada por esta Câmara, foi contemplada pelo PIDAC, a não ser a continuação dos trabalhos de recuperação do pavilhão da Escola Básica dos 2<sup>os</sup> e 3<sup>os</sup> Ciclos de Vila Velha de Ródão, facto este que pela primeira vez, em termos de PIDAC, o concelho de Vila Velha de Ródão desde à muitos anos, teve praticamente zero de investimento para o próximo ano.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente afirma que este é um Orçamento verdadeiro, que não está inflacionado nem empolado e que demonstra realmente aquilo que se pretende fazer. Continua, referindo que à um ano atrás alguém colocou em causa nesta mesma Assembleia, a capacidade organizativa deste executivo em candidatar-se ao financiamento aos fundos comunitários, mas o Orçamento agora apresentado é fruto exclusivo do trabalho desta Câmara Municipal, salientando o empenho de todos os dirigentes, técnicos e funcionários, que estiveram envolvidos neste processo, passando a referenciar alguns pontos dos Documentos Previsionais.-----

---- O Sr. Roma, refere que ou 191.000,00 € (cento e noventa e um mil euros), para a extensão de saúde de Sarnadas de Ródão é pouco,

ou 200.000,00 € (duzentos mil euros) por ano para a Feira das Actividades Económicas, é muito.-----

---- A Srª Presidente esclarece que os 191.000,00 € (cento e noventa e um mil euros), referem-se só à elaboração do projecto, porque de momento, não se sabe se esta obra será incluída no PIDAC e em caso afirmativo, de quanto será essa participação.-----

---- O Sr. Paulo Roberto, referindo-se a estes Documentos na generalidade e como foi frisado pela Srª Presidente da Câmara, congratulando-se por isso, que numa altura de recessão, prevê um Orçamento tão expansionista, espera que se consiga atingir os objectivos apontados, no entanto e quando se fala tanto em descentralização, considera-o muito centralizador, porque analisando o mesmo e apesar de nela estar situada a sede de concelho, verifica-se que a maior parte das rubricas prendem-se à freguesia de Vila Velha de Ródão.-----

---- A Srª Presidente refere que no ano findo os grandes investimentos foram feitos fora da freguesia de V. V. Ródão, dando alguns exemplos de obras efectuadas nas freguesias de Fratel, Perais e Sarnadas de Ródão, finaliza referindo que no ano que passou foram feitos projectos e grandes investimentos em todas as freguesias do concelho, entendendo que este ano tinha que se aproveitar os fundos comunitários e como tal no próximo ano irá dar-se uma atenção especial à sede de concelho.-----

---- O Sr. Paulo Roberto, questiona no que diz respeito ao rendimento de propriedades, concretamente em relação às vendas de bens de investimento e aos passivos financeiros, se o montante que esta Autarquia vai ter proveniente de empréstimos, está dentro dos valores admitidos.-----

---- A Srª Presidente, responde que como é sabido, os empréstimos

que foram aprovados por unanimidade nesta Assembleia, foram elaborados de acordo com a legislação em vigor e serão visados pelo Tribunal de Contas, portanto não poderiam ser efectuados se não estivessem dentro dos parâmetros permitidos e todos eles se referem a obras a executar e à percentagem que é da responsabilidade da Autarquia, uma vez que estas obras que são executadas com fundos comunitários têm uma comparticipação de 75% (setenta e cinco por cento), através das candidaturas feitas. No que diz respeito aos rendimentos de propriedades, com uma verba prevista de 445.751,00 € (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um euros), tendo esta previsão sido efectuada com base nas receitas que se prevêem cobrar no próximo ano, nomeadamente, rendas da concessão de barragens, exploração no concelho de V. V. Ródão de um conjunto de turbinas eólicas, ao abrigo do Protocolo celebrado com a AMACO, juros com depósitos á ordem e a prazo, juros de aplicações e rendas de terrenos e edifícios.-----

---- À questão colocada pelo Sr. João Ferro em que afirma que as rúbricas mencionadas pela Sr<sup>a</sup> Presidente não perfazerem o total inscrito neste ponto, a Sr<sup>a</sup> Presidente refere que nos bens de domínio público tem-se uma previsão de 401.700,00 € (quatrocentos e um mil e setecentos euros), onde se inclui o Protocolo celebrado com a AMACO e ao abrigo do qual se prevê receber 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), Protocolo este referente à exploração de turbinas eólicas, aproveitando para informar que apesar de ter havido um estudo para a instalação destas torres na Serra da Achada, essa possibilidade não foi aceite, estando agora a ser efectuados estudos para a colocação destas na Serra do Perdigão, mas em sítios onde não haja um impacto visual e paisagístico acentuado. À Afirmação do Sr. Paulo Roberto sobre as

---

rendas das barragens, que refere que, ou anteriormente eram mal contabilizadas ou sofreram este ano um aumento muito grande, a Sr<sup>a</sup> Presidente afirma que o valor apresentado refere-se a todas as rúbricas atrás referidas, onde se incluem as rendas das barragens.-

---- O Sr. João Ferro, questiona onde é que se encontra inscrito o montante referido pela Sr<sup>a</sup> Presidente, referente à renda das barragens, visto que somando os montantes apontados na rúbrica de rendimentos de propriedades, não dar o total indicado na mesma.----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente refere que este montante pode não estar especificamente referido, mas está inserido nesta rúbrica.-----

---- O Sr. António Carmona Mendes, em achega às intervenções dos membros, Sr. Paulo Roberto e Sr. João Ferro, refere que já aqui foram aprovados vários Orçamentos e que por parte dos membros da bancada Socialista, sempre houve o cuidado de referir que deixariam os números para os técnicos e preocupavam-se mais com a orientação política dos Orçamentos em si, bem como a execução do Plano de Actividades. Continua, referindo que o que lhe parece que o Sr. Paulo Roberto queria dizer, era que as Receitas de Capital e as Receitas Correntes estão muito inflacionadas, mas os técnicos são os mesmos do anterior executivo e tiveram sempre a confiança desta bancada e continuam a ter, mas parece que essa confiança agora é posta em causa, porque o Sr. João Ferro disse textualmente que pode por tudo em causa. Termina, salientando que os técnicos desta Autarquia, continuam a ter a confiança desta bancada e desafia as pessoas que os estão a por em causa, a dizer nesta Assembleia, porque é que estão a por em causa o trabalho deles.-----

---- O Sr. João Ferro, esclarece que o que pôs em causa não foi a competência das pessoas, mas sim e isso pode por em causa, os montantes referidos nesta rúbrica, visto não ter encontrado

inscrito o montante referido e é um direito que lhe assiste, o pedido de esclarecimento sobre o assunto, afirmando que os técnicos desta Autarquia sempre tiveram a sua confiança e continuaram a ter.-----

---- O Sr. Paulo Roberto, afirma que está aqui para obter esclarecimentos quando necessário e que as suas primeiras palavras nesta sessão até foram de congratulação perante este Orçamento, mas gostaria de ser esclarecido sobre as Receitas que vão servir para fazer face às Despesas.-----

---- O Sr. João Ferro, referindo-se às Despesas com o pessoal e relembrando que já fez referência a este assunto nesta Assembleia, onde inclusive questionou a grande disparidade no aumento dos valores desta rubrica, nomeadamente do ano de 2001 para o ano de 2002, verifica que neste Orçamento, a Despesa com o pessoal volta a crescer, questionando se este aumento tem a ver com a admissão de mais pessoal, não pondo em questão e em caso de necessidade, essas admissões, só que acha que as despesas com o pessoal deve ser controlada e o que é facto é que continua a crescer, solicitando assim um esclarecimento sobre este assunto.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente esclarece que entre outras causas, a Autarquia teve que assegurar durante alguns meses, o pagamento do vencimento a dois Presidentes de Câmara e também as despesas com a A.D.S.E., que infelizmente prende-se com o tratamento de doenças, algumas graves e que a Autarquia tem que suportar, referindo em seguida e em detalhe, as importâncias relacionadas com Despesas de pessoal e respectivas percentagens, desde o ano 2001 até agora, socorrendo-se de um mapa que mandou elaborar aos técnicos desta Câmara e do qual se prontificou a disponibilizar cópia, caso o solicitassem.-----

---- Não havendo mais ninguém a querer intervir, foram os documentos previsionais colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria, com seis abstenções.-----

---- **3-Discussão e eventual tomada de posição da proposta de Lei nº 24/IX e 37/IX (Descentralização Administrativa);-----**

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, informa que esta Autarquia ainda não tomou nenhuma posição concreta sobre esta matéria, nem o poderia fazer sem autorização desta Câmara e Assembleia Municipais, no entanto e nas reuniões já realizadas, assumiu uma posição, que pensa que será reconhecida pelos presentes, que esta Câmara Municipal, para já, estaria ao lado dos municípios de Castelo Branco, Proença-a-Nova, Oleiros e Idanha-a-Nova, isto porque numa destas últimas reuniões, onde esteve presente entre outros, os presidentes das Câmaras da Covilhã, Dr. Carlos Pinto e do Fundão, Dr. Manuel Frexes, onde por estes foi colocada uma proposta de criação de uma grande comunidade urbana, que junta-se os distritos da Guarda e Castelo Branco, proposta essa á qual se juntou mais tarde os presidentes das câmaras de Belmonte e Penamacor, só que esta proposta foi logo rejeitada pelo presidente da câmara da Guarda e de alguns municípios limítrofes. Mais informa que em anterior reunião onde estiveram presentes os presidentes dos municípios de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Proença-a-Nova, Oleiros e Idanha-a-Nova, foi decidido que estes se manteriam juntos, visto entre eles existir ligações importantes. Depois de esclarecer mais em pormenor as várias posições, tomadas por alguns municípios e no seguimento do que atrás foi dito, refere que por isso, não foi possível trazer às várias Câmaras e Assembleias Municipais, uma decisão para ser votada e assim sendo, continua tudo em aberto, não havendo uma decisão definitiva, deixando portanto aqui a informação da tomada

de posição desta Câmara e que pensa que terá a concordância dos membros presentes.-----

---- O Sr. Álvaro Mendes, manifesta concordância com a posição tomada pela Srª Presidente, referindo como achega a este assunto e a razão pela qual os municípios da Covilhã e Fundão defendem com tanta veemência a sua posição, se prende com o factor da sua localização estratégica, tendo inclusive sido defendido à já algum tempo por parte do município da Covilhã, a criação da grande comunidade da Beira Interior.-----

---- O Sr. Moreira, refere que as Propostas de Lei aqui apresentadas, já passaram a Lei, nomeadamente a Lei nº10/2003 e nº11/2003, de 13 de Maio, comentando o facto das divergências entre alguns municípios em se agrupar, pode por em causa a criação de uma comunidade urbana por falta do número mínimo de habitantes necessários às sua constituição, esperando que com mais algumas reuniões se consiga chegar a um consenso, para bem de todos os municípios envolvidos.-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e perante aquilo que aqui foi dito, afirma que está inerente o apoio à posição tomada pela Srª Presidente da Câmara Municipal.-----

---- **4-Eventual aprovação da rectificação da Deliberação da criação da Associação de Municípios "NATUREZA E TEJO" e empresa Intermunicipal "NATURTEJO";**-----

---- A Srª Presidente, esclarece que o que se passou, foi que ao aprovar a Associação de Municípios, aprovou-se com o nome de "NATURTEJO", só que esta Associação denomina-se "NATUREZA E TEJO" e esta é que vai formar a Empresa Municipal, que já foi aqui aprovada, denominada "NATURTEJO", portanto serve o presente ponto para se efectuar essa rectificação, para se juntar à deliberação

anteriormente aprovada.-----

---- Não havendo ninguém a querer intervir, foi posta à votação esta rectificação, sendo aprovada por unanimidade.-----

---- **5-Alteração da composição do Conselho Municipal de Educação;--**

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, esclarece que esta alteração prende-se com o facto de que na altura da constituição do Conselho Municipal de Educação, foram nomeados dois professores para representar os estabelecimentos de ensino, só que mais tarde entendeu-se que estes nomes deveriam ser votados e não nomeados. Para além disso e de acordo com a legislação vigente, existem instituições que fazem questão de se fazer representar neste Conselho e não entraram de início.-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia, deu conhecimento aos presentes dos nomes a excluir e a admitir, apresentados nesta alteração e que se junta aos documentos desta sessão.-----

---- Em seguida, foi esta alteração colocada à votação, exceptuando a nomeação do representante das freguesias, que fica adiado para uma futura sessão, sendo esta alteração aprovada por unanimidade.-----

---- **6-Apreciação, discussão e eventual aprovação da alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;-----**

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, coloca-se à disposição dos presentes para qualquer esclarecimento, salientando que a criação dos lugares de B.A.D., tem a ver com exigências do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, que para celebrar protocolo tem esta câmara que ter estes lugares criados, não significando no entanto que tenham que ser todos preenchidos.-----

---- Não havendo ninguém a querer intervir, foi colocada à votação a alteração ao quadro de pessoal, sendo aprovada por unanimidade.--

---- **7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da fixação de**

**Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;**-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, passa a ler a Proposta apresentada pelo Grupo do Partido Socialista, que tem o seguinte teor:-----

---- “O Grupo do Partido Socialista desta Assembleia Municipal vem apresentar em relação ao ponto número sete da ordem de trabalhos a seguinte proposta de alteração. As razões que se prendem para uma não concordância com as taxas aprovadas pelo executivo e aqui para votação prendem-se com os motivos que de seguida se expõem:-----

-----1º - O governo aprovou recentemente a portaria 1337/2003, de 5 de Dezembro, actualizando os valores patrimoniais dos prédios urbanos não arrendados até 2001 (ano de inscrição na matriz) sendo o factor até 1970 de 44,21, em 1991 de 1,56 e os de 2001 em 1,04, portanto houve acréscimos.-----

-----2º - Embora as taxas tenham diminuído para 0,4% (mínimo) a 0,8% (a máxima), anteriormente, para efeitos de autárquica era de 0,7% a 1,3%, no entanto, numa análise aos prédios objecto de actualização até 1991 são altamente prejudicados, havendo um acréscimo substancial de colecta do IMI, pois que, a actualização é superior ao abaixamento da taxa máxima.-----

-----Por outro lado, também, no que toca à taxa de 0,5% apresentada para os prédios avaliados nos termos do CIMI não se justifica a taxa máxima, por esses prédios passarem a ter um valor muito próximo do real.-----

-----3º - Esta reforma do património não acaba com as desigualdades e não combate a evasão fiscal, uma vez, que, só com uma avaliação geral dos prédios tal poderia ser minorado. Mantém-se a injustiça. Só paga quem declara os prédios. E quanto aos que não estão inscritos?...-----

-----Assim, propomos:-----

-----TAXA DE 0,7% - PRÉDIOS URBANOS;-----

-----TAXA DE 0,4% - PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS NOS TERMOS DO CIMI.”-----

---

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, esclarece que a Proposta apresentada pela Câmara Municipal a esta Assembleia, foi aprovada por unanimidade e foi discutida na reunião desta Câmara, concluindo-se na altura, que o proposto era o mais adequado tendo em conta a novidade do assunto e não se ter uma realidade concreta do mesmo. A Portaria referida na Proposta da Bancada Socialista contém informação, que aquando da discussão e aprovação da Proposta camarária, não tinha conhecimento definitivo da mesma.-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, coloca à votação a introdução desta Proposta na ordem de trabalhos, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

---- Em seguida, procedeu-se á discussão desta Proposta, onde se salienta a questão colocada pelo Sr. Joaquim António Morgado, que questiona se a Câmara Municipal, dentro do previsto, teria um valor estimado para este efeito, ao que foi respondido que não, concluindo assim este membro, que não se sabendo os valores de partida, não se saber as implicações de uma possível redução. A Sr<sup>a</sup> Olímpia Mendes, comenta o facto de nalguns concelhos ainda não se saber o valor pelo qual se vão avaliar os prédios. O Sr. Moreira, afirma que o problema prende-se também com o facto das pessoas que têm prédios e não os declaram e a injustiça da Reforma do Património está no facto de se ter optado pelo caminho mais fácil, que foi de actualizar todos os prédios por factores, conforme descrito na Portaria apontada, pelo que muitas pessoas que nunca pagaram, vão ter que pagar agora, ao que a Sr<sup>a</sup> Olímpia Mendes, afirma que o que é mais grave é o valor matricial declarado, nem sempre ser o correcto e isso sim, é injusto. O Sr. Moreira, comenta que o problema é que esta Assembleia e a Câmara Municipal, apresentam uma taxa mínima e uma taxa máxima e tem que haver

fundamentos implícitos porque é que se aplica a taxa máxima, nomeadamente num concelho pobre como o nosso, onde muitas pessoas que nunca pagaram o vão começar agora a fazer.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi a Proposta apresentada pela bancada Socialista, colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com seis abstenções.-----

---- **8-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia;**-----

---- Após uma breve introdução da Sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara, onde salientou que estes Protocolos tiveram o consenso das partes envolvidas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou os mesmos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.-----

---- **9-Informação da Sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do nº1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro:**-----

---- O Sr. Moreira, referindo-se à inventariação dos locais, a nível concelhio, com condições para instalação de parques eólicos e realização de contratos com as empresas interessadas, questiona se sobre este assunto já existem pontos definidos e em caso afirmativo, em que locais, se esses locais se situam junto a povoações e se nesse caso as populações desses locais foram consultadas, bem como quais os inconvenientes da instalação dessas torres e qual o aspecto paisagístico das mesmas, ou trata-se apenas de obtenção de receitas para a Autarquia.-----

---- O Vice-Presidente da Câmara, esclarece que estão a ser efectuados contactos com duas empresas. Com uma delas o primeiro contacto foi efectuado ainda pela Câmara anterior, havendo na altura dois locais em estudo, um na Serra da Achada e outro na Serra do Perdigoão. O Vice-Presidente, na altura vereador da

---

oposição, defendeu que a localização de um parque eólico na Serra da Achada teria que ser muito bem estudada, pois a sede de concelho já tinha algumas marcas paisagísticas negativas, sendo em princípio, preferível a sua localização na Serra do Perdigão. Após a entrada em funções da actual Câmara, esta contactou essa mesma empresa, onde foi confirmada e reforçada a opção anteriormente tomada, no sentido de colocar as torres na Serra do Perdigão. Entretanto foram encetadas conversações com outra empresa, com a qual já foi assinado um protocolo, mas ainda não está definida a localização dos geradores eólicos, mas é claro que isso será feito tendo em conta o enquadramento paisagístico e será consultada a população.-----

---- O Sr. António Carmona Mendes, questiona se a situação dos terrenos onde foi construída a ETAR, já foi decidida em tribunal e que o informasse da decisão quanto às indemnizações a pagar aos proprietários dos mesmos.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, informa que o valor total das indemnizações é de 201.614,00 € (duzentos e um mil e seiscentos e catorze euros), paga em várias parcelas e o valor em dívida à data da sentença, era de 110.329,00 € (cento e dez mil e trezentos e vinte e nove euros), que entretanto já foi pago, passando a ler mais em detalhe uma informação sobre este assunto, com uma explicação técnica da Dr<sup>a</sup> Adelina Ferreira Pinto, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.-----

---- O Sr. António Carmona Mendes, comenta que há uma diferença enorme entre o presente executivo e o anterior, porque este executivo consegue negociar com os munícipes, consegue comprar terrenos no primeiro e segundo ano de mandato, projectar e iniciar obras e mesmo não tendo técnicos especializados em fundos

comunitários, consegue tudo isto sem apelar à figura da expropriação para conseguir o desenvolvimento do concelho e referindo-se no caso concreto da ETAR de Vila Velha de Ródão, considera que esta foi uma obra que começou mal, que foi mal projectada, com custos acrescidos e principalmente devido à falta de diálogo com os proprietários dos terrenos onde está implantada e que levou ao desfecho conhecido, o que agravou o custo final desta obra, realçando assim as diferenças entre a gestão Socialista e a gestão Social Democrata.-----

---- O Sr. Roma e em relação à situação dos incêndios, nomeadamente de quem é a responsabilidade da limpeza do mato em redor dos prédios, refere em pormenor alguns artigos do Decreto-Lei nº 334/90, de 29 de Outubro e que faz referência ao assunto, solicitando assim mais alguns esclarecimentos.-----

---- A Srª Presidente, afirma que é muito difícil na prática, aplicar à letra a Lei, porque nem sempre funciona e é preciso ter em atenção que há muitas pessoas que tem cá os seus prédios mas não residem cá, agora sempre que há uma queixa, a Câmara age em conformidade, só que as queixas não aparecem. Uma das preocupações desta Autarquia tem sido no sentido de dialogar com todos os proprietários para que limpem os seus terrenos, mas caso não o façam não pode esta Câmara invadir propriedade alheia para o fazer, desde de que, como já frisou, haja uma queixa.-----

---- À questão do Sr. Roma se a Srª Presidente tem conhecimento de um Edital emitido pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e no qual se informava que estava em consulta pública o pedido de licenciamento por parte da empresa "PORTUCEL", para a construção de um aterro para resíduos industriais, a Srª Presidente responde afirmativamente e informa que este Edital foi

---

afixado nos locais do costume, tendo inclusive o presidente da C.C.D.R. a amabilidade de lhe perguntar pessoalmente se esta Autarquia teria algo a opor, ao que lhe foi respondido que não haveria nada a opor, caso fosse efectuado dentro do que está estipulado legalmente para este tipo de empreendimento, informando também que nesta Câmara não foram recebidas quaisquer reclamações e caso as tenha havido, estas foram enviadas directamente para a C.C.D.R.-----

---- O Sr. Roma, questiona de quem é a responsabilidade da recolha do lixo fora das áreas urbanas, afirmando que a recolha do lixo doméstico continua deficitária, questionando também de quem é a responsabilidade da lavagem dos respectivos contentores.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente responde que o problema do lixo despejado fora das áreas urbanas tem a ver com a falta de civismo de algumas pessoas, que apesar de existirem locais próprios para os depositar e a Câmara ter um serviço de recolha de monos, insistem em deitá-los em qualquer sítio, pensando que terá que se intensificar a aposta na sensibilização das crianças nas escolas, com actividades e programas direccionados para este problema. No que se refere ao lixo doméstico, informa que esta Autarquia já adquiriu uma nova viatura de recolha de lixo e que em princípio a partir de Fevereiro já estará a ser efectuada na integra pela Câmara Municipal e então serão revistos os locais de colocação dos contentores, afirmando uma vez mais que também que parte deste problema passa pela falta de civismo das pessoas. No que diz respeito à lavagem de contentores, informa que esta Autarquia tem tido a preocupação, dentro dos possíveis, de efectuar essa lavagem, só que não tem aparelhos para efectuá-la no local, prevendo-se no entanto a aquisição dos mesmos, efectuando o que pode face aos

recursos que de momento possui.-----

---- O Sr. Paulino chama uma vez mais a atenção para a degradação de alguns caminhos paralelos à A-23, devido às obras desta, na freguesia de Fratel, solicitando para que a Autarquia insista junto dos responsáveis da obra, para a reparação e arranjo dos mesmos. Questiona também como é que se processa o pedido de autorização para efectuar queimadas.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, informa que têm sido feitas diligências junto dos responsáveis pelas obras da Auto-estrada, para que todos os problemas sejam rapidamente resolvidos, ao que em complemento desta informação, o Vice-Presidente, informa que já estão a ser efectuados trabalhos de reparação nalguns locais e que neste momento é a SCUTVIAS a responsável pela resolução destes problemas e que se comprometeu a solucioná-los todos. Em relação às queimadas a Sr<sup>a</sup> Presidente, esclarece que os munícipes que desejem efectuar uma queimada, deverão efectuar um requerimento à Câmara Municipal a solicitar autorização para realização da mesma e esta, mediante parecer positivo dos Bombeiros passará a respectiva licença.-----

---- O Sr. Luis Mota, pergunta o que é que a Câmara está a pensar fazer em relação à recuperação do edifício da Escola Primária nº1, em Vila Velha de Ródão, para que as crianças possam ter aulas e um espaço condigno.-----

---- A Sr<sup>a</sup> Presidente, informa que só à bem pouco tempo é que o edifício desta escola foi adquirido pela Autarquia, como este é um edifício com uma arquitectura característica, foi necessário contactar o arquitecto que o projectou para efectuar o projecto com vista à sua recuperação, porque este está num avançado estado de degradação, portanto logo que se tenha o referido projecto em mãos partir-se-á para a execução do mesmo.-----

----- **10-Outros assuntos de interesse para o Município:**-----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, reforça a preocupação com os problemas dos caminhos paralelos à A-23, questionando se após a conclusão destas obras, haverá uma vistoria para confirmar se estas foram efectuadas conforme o solicitado e se estes caminhos passarão, através de protocolo, para a jurisdição das Juntas ou estes continuaram a ser propriedade do estado e as Juntas servirão apenas para efectuar a sua reparação. Chama também a atenção para a destruição, por parte do empreiteiro que executa as obras a cargo da empresa "Águas do Centro", de alguns caminhos, tornando-os, nalguns casos, quase intransitáveis. No caso do lixo, pensa que existe uma lacuna nos cadernos de encargos das obras, que não contemplam um ponto que indique onde o empreiteiro ou dono da obra, poderá despejar os resíduos provenientes dessa mesma obra, dando azo a descargas indiscriminadas em tudo quanto é sítio. Refere também que na Freguesia de Sarnadas, seria premente efectuar um levantamento e posterior reparação geral nas calçadas de algumas localidades desta freguesia, que nalguns casos, muito degradadas, o mesmo acontecendo com alguns pavimentos asfálticos.-----

----- A Sr<sup>a</sup> Presidente, responde que no caso do problema com os caminhos paralelos à A-23 e como já foi aqui dito, está esta Autarquia a acompanhar este problema no sentido da resolução do mesmo. No que se refere á destruição de vários caminhos devido às obras a cargo da empresa "Águas do Centro", esta é uma obra que esta Câmara está a acompanhar e pensa que também este problema será resolvido. Nas restantes situações apontadas, estas serão alvo de nota e esta Autarquia irá trabalhar no sentido de as solucionar em devido tempo.-----

